

O CONTESTADO: AS MARCAS DA GUERRA E DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA

The Contestado: war marks and the violence process

Silas Rafael da Fonseca¹
Diane Daniela Gemelli²

Recebido em: outubro de 2017.

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

A construção do Território Contestado é marcada pela guerra e pelo processo de violência contra a população cabocla que vivia e vive na região, de modo, que o Contestado é resultado das marcas geográficas desse processo, que continua após a guerra, por meio da opção econômica baseada, num primeiro momento, na extração da madeira nativa, seguida da implantação da monocultura do pinus. Em nossa leitura, a opção mercadológica pela madeira sustenta-se na concentração de terras, e na expulsão de caboclos e caboclas de seus territórios, condição que se reflete na pobreza em que vive parte considerável da população do Contestado, que ainda hoje, sofre com o não acesso à terra, educação, saúde e emprego.

Palavras chaves: Território; Contestado; caboclos; monocultivo de pinus

Abstract

The Contestado territory construction is marked by the war and violence process against the “cabocla” population who lived and is still in the region, so that the Contestado is the result of this geographic marks of the process, which continue after the war, through the economic option based, at first, in the native wood extraction, followed by the pine monoculture. In our reading, the wood marketing option is sustained by the land concentration, and in the “caboclo” and “cabocla” expulsion of their territory, condition that reflects in the poverty which lives a big parcel of the Contestado’s population, and still suffers with the land inaccessiveness, education, health and employment.

Key-words: Territory; Contestado; “caboclos”; pine monoculture.

INTRODUÇÃO

O Contestado é um território constituído pela violência, pela agressão do processo de expansão das relações capitalistas de produção e pela negação aos caboclos e caboclas de seu modo de vida e sua existência enquanto gente, através da desterritorialização via apropriação privada das

terras. Processo que historicamente se refaz, seja, por meio da exploração da araucária e da floresta nativa ou mais recentemente, com mais ímpeto a partir de 1960-70, com o monocultivo de pinus.

É preciso sinalizar que, primeiramente esse território foi contestado pela Argentina, (questão resolvida em 1895), também foi alvo de disputas entre São Paulo e Santa Catarina e quando o Paraná se emancipa político-administrativamente herda a contenda numa disputa pela definição da divisa de seu território. Questão resolvida somente com o término da Guerra do Contestado e a assinatura do Acorde de Limites em 20 de outubro de 1916. Contudo, a contestação que faz eclodir a Guerra, ocorre com a chegada, no início do século XX³, das empresas *Brazil Railway Company* e *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* que vão impor ao território e a população cabocla outra lógica de apropriação da natureza, do trabalho e, por conseguinte de existência social. Em coaduno com os interesses dos coronéis locais, se estabelece a racionalidade capitalista que se contrapõe ao modo de vida e existência cabocla⁴.

A constituição do Território Contestado é repleta de lutas e resistências, de modo que não fora apropriado sem o levante e a bravura dos caboclos e caboclas que aqui viviam e vivem, afrontaram a “ordem que buscava se estabelecer hegemônica”, o capital estrangeiro, os coronéis locais, a República e o Exército. Lutaram e teimosamente ainda lutam pela permanência no território. Já não se vê mais a força do Exército, mas a guerra ainda marca o Contestado. Podemos ver e sentir a presença cabocla. O caboclo e a cabocla permanecem, seja, nas periferias do Contestado, nas áreas pobres do campo, trabalhando em áreas de monocultivo de pinus, carregando a devoção ao Monge João Maria e na lição de coragem e solidariedade deixada por aqueles que não se entregaram e não viram outra possibilidade que não a insubordinação, a fé e a crença em uma terra sem males.

Ao revisitar os municípios do imenso Território Contestado são perceptíveis muitos dos significados do ser caboclo no Contestado, presentes nas suas histórias, comidas, paisagens, lutas, vitórias e derrotas frente ao Exército Brasileiro e aos jagunços dos coronéis da região, bem como, as lutas na atualidade por uma melhor condição de vida, seja pelo reconhecimento de sua existência, pela cultura que os torna singulares ou ainda, pela busca da dignidade no retorno à terra, ou seja, o Contestado também é marcado pela presença de diversos assentamentos⁵ de reforma agrária, com forte presença cabocla entre os assentados. Portanto, o Exército armado se foi, porém, o caboclo, a cabocla e os coronéis permanecem, de modo que o sentido do Contestado, dos conflitos, das lutas e das resistências não se findou com o regresso das forças oficiais.

A concentração de terras é marca do Contestado e se expressa, sobremaneira, no latifúndio produtor de pinus, introduzido em substituição a extração de madeira, sobretudo, a araucária e

imbuía que durante décadas do século XX fora realizada principalmente pela *Lumber*⁶, que chegou a ser a maior madeireira da América do Sul⁷. Atualmente, os coronéis ainda possuem influência político-econômica, persistem em grandes propriedades monocultoras, principalmente de pinus, mas também de eucalipto, que abastecem a indústria de papel e celulose, as madeireiras e a produção de compensados, janelas, portas etc.

Mas, não é só o pinus e o coronelismo que marcam esse território. O caboclo e a cabocla vivem/resistem/persistem no Contestado, estão na comida, na religiosidade, na fé no Monge que ainda caminha por essas terras batizando os caboclos e lhes ensinando remédios, trazendo esperança, palavras de alento e coragem. Para os caboclos, não se trata de um quarto monge (já que se tem conhecimento de outros três; João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria) mas da reencarnação de um homem que por onde passou nada fez de mal⁸.

O catolicismo rústico pode ser percebido na presença de inúmeras fontes d'água, cruzeiros, lugares sagrados por onde passou e dormiu o Monge, que ainda hoje servem para aqueles que buscam a benção, a cura e ajuda para os mais diversos problemas da vida.

A menção/memória dos acontecimentos da Guerra ainda é corriqueira, são relatos que persistem de geração em geração e na receptividade das pessoas que vivem no Contestado, onde cada pedaço do chão está repleto de histórias.

As marcas da Guerra no Território Contestado

Buscamos entender a concentração de terras no Território Contestado enquanto uma característica de sua configuração geográfica, condição que se agrava após a Guerra com a expulsão e morte dos caboclos e caboclas de suas terras de existência. Portanto, a concentração de terras, em nossa leitura é uma marca histórica do chão Contestado, sendo justamente a terra, o elemento central das disputas que se estabeleceram e se estabelecem. Nesse sentido, para nós o conceito de território se expressa como uma importante ferramenta para entender a formação socioespacial do Contestado. Entendemos o território como,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. *O território é o chão e mais a população*, isto é, *uma identidade*, o fato e o sentimento de *pertencer àquilo que nos pertence*. O território é a base do trabalho, da residência, das *trocas materiais e espirituais e da vida*, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em *território usado*, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96-97, *grifos nosso*).

Como nos mostra Santos, o “território é o chão, mais a população” e o “pertencimento”, ou seja, conforma-se enquanto território usado, por isso podemos falar de um território configurado pelo modo de vida caboclo ou um Território Contestado marcado pela existência do caboclo, da cabocla e dos coronéis aliados ao capital estrangeiro e aos interesses do capital nacional.

O Território Contestado, nos traz elementos da Guerra (1912-1916), conflito que se levanta durante a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e que explode com a concessão das terras à *Lumber*, quando as terras da região foram entregues como forma de pagamento a *Brazil Railway Company* pela construção da ferrovia. Com isso, as terras passam a pertencer a empresa que explora a madeira, expulsa os caboclos e caboclas que em sua maioria eram posseiros, retira a madeira e vende as terras a colonos europeus. Tudo isso alicerçado num discurso que pregava a modernização do território e a incapacidade do caboclo de se adequar ao novo momento trazido pela República, para tanto, promoveu-se a limpeza étnica, era preciso substituir o caboclo e a cabocla pelos trabalhadores europeus⁹.

Quase 100 anos do término da guerra, destacamos a permanência dos coronéis da terra e da madeira, que ainda hoje controlam as terras da região principalmente com o plantio da monocultura de pinus. As paisagens rurais do Contestado, em grande medida, podem ser consideradas Desertos Verdes, já que não existem moradias, pessoas, animais, enfim, outras formas de ocupação da terra que não seja o pinus, essa monocultura que inviabiliza a reprodução da vida no campo.

Os coronéis, com o plantio da monocultura de pinus, vêm tentando apagar a história do Contestado, destruindo locais históricos da Guerra como; cemitérios, crematórios, locais de combate, redutos, etc. Muitos locais já se perderam e se não existir uma política de Estado para identificar e preservar esses espaços, muito, da memória do Contestado, ainda pode-se perder.

Para podermos refletir sobre a presença dos coronéis e da concentração de terras no Contestado, nos utilizamos dos dados IBGE sobre o número dos estabelecimentos por extratos de área em quatro municípios: Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande.

Esses municípios foram marcados por importantes conflitos durante a Guerra do Contestado. Em Matos Costa¹⁰ aconteceu a morte do Capitão Matos Costa, que dá nome a cidade atualmente, e que era visto como um dos poucos homens do Exército que entendia a realidade cabocla. Em Calmon estava instalada uma madeireira da *Lumber* e foi incendiada por um menino de 17 anos, chamado Chiquinho Alonso, que comanda um exército caboclo na destruição da madeireira e deixam o seguinte recado, “*nós tratava de nossas devoções e nem matava e não roubava, mas ai veio o governo da república e tocou os filhos brasileiros dos terrenos que pertenciam a nação e vendem tudo para os estrangeiros. Nós*

*agora estamos dispostos a fazer prevalecer nossos direitos*¹¹. Em Lebon Régis percebemos a presença dos redutos caboclos e dos crematórios que foram usados durante a Guerra para queimar/eliminar os caboclos, e em Timbó Grande se encontra o “Vale das Mortes”, local do último combate da Guerra do Contestado e de milhares de mortes.

A escolha destes municípios deve-se ao fato de figurarem entre os piores indicadores de desenvolvimento humano municipal de Santa Catarina. Dentre os 294 municípios, Calmon tem o 293º IDHM (0, 622), Lebon Régis com IDHM de 0,649 ocupa a 287º posição, Matos Costa está em 283º lugar com IDHM de 0,657, por fim, Timbó Grande com IDHM de 0,659 na posição de número 282.

Assim, entendemos que a pobreza que assola grande parte dos municípios e da população do Contestado é decorrente da opção econômica, da terra concentrada (como mostra a Tabela 1) e das monoculturas que inviabilizam o uso da terra, a permanência da população no campo e que se sustentam na precarização do trabalho.

Infelizmente dispomos somente dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Contudo é notável a concentração de terras nos municípios destacados. Em Calmon, como primeira observação, nota-se que 4 estabelecimentos com mais de 500 hectares representam apenas 1,5% dos estabelecimentos registrados no município, porém, em contrapartida, ocupam 20,39% da área agropecuária declarada no município de Calmon. Na outra ponta da tabela, registra-se 172 estabelecimentos com até 20 hectares, trata-se de 65,4% dos estabelecimentos, que detém apenas 16,49% da área dos estabelecimentos declarados.

Apenas isso já nos mostra a má distribuição das terras no município, contudo, se classificarmos os estabelecimentos declarados do IBGE, em pequena, média e grande propriedade, levando em consideração que o módulo fiscal¹² do município de Calmon é de 16 hectares, chegaríamos ao seguinte cálculo, a pequena propriedade no município teria até 64 hectares, a média de 65 a 240 hectares e a grande acima de 240 hectares. Infelizmente os dados do IBGE não nos permitem fazer essa divisão de forma exata. Mas, podemos fazer o exercício de aproximação, se considerarmos a pequena propriedade até 50 hectares, de 50 a 200 hectares (média) e acima de 200 hectares (grande¹³). Se somarmos os estabelecimentos com até 50 hectares chegaremos ao seguinte resultado: 77,57% (204) dos estabelecimentos, com apenas 21,9% da área declarada, enquanto que no caso das grandes propriedades são apenas 8,74% dos estabelecimentos, que detém uma área que equivale a 58,53% do município. Isso significa que 23 estabelecimentos controlam mais de metade das terras declaradas.

Em Lebon Régis os estabelecimentos com até 50 hectares somam 507 estabelecimentos e representam 73,05% do total de estabelecimentos declarados, ocupando apenas 17,77% da área declarada. Já, os 18 estabelecimentos com área acima de 500 hectares, detêm 31,79% das terras declaradas. Nisso os dados não se diferem daqueles apresentados no município de Calmon, ou seja, pouca terra para muitos e muita terra para poucos.

Dos municípios estudados, pode-se dizer, que Matos Costa apresenta a maior concentração de terras, 9 estabelecimentos declarados ocupam 50,52% da área agropecuária, fazendo uma média simples cada um desses estabelecimentos teria mais de mil de hectares, enquanto que os estabelecimentos com até 50 hectares (que somam 189) representam 80,43% dos estabelecimentos, com uma área de apenas 21,84%, ou seja, novamente fazendo uma média simples percebe-se que cada estabelecimento teria pouco mais de 20 hectares.

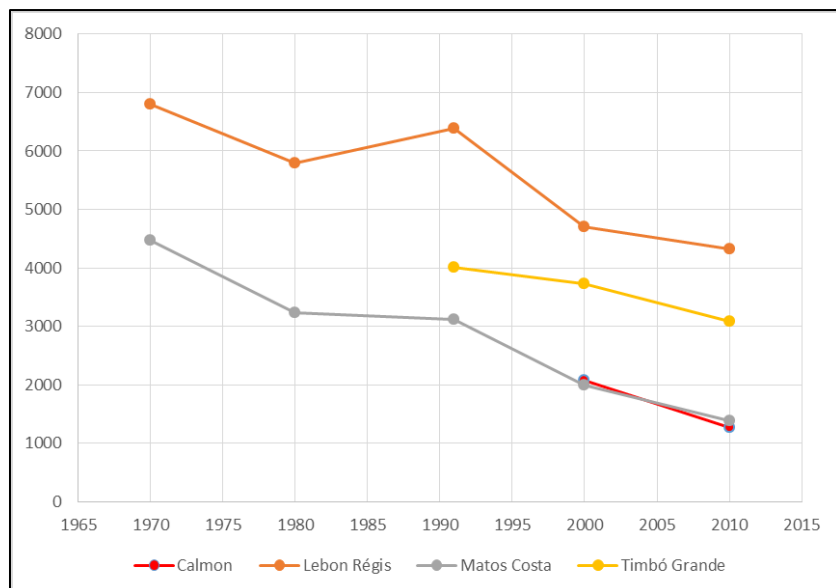
A estrutura fundiária do município de Timbó Grande também se destaca pela concentração de terras. São 391 estabelecimentos com até 50 hectares, ou seja, 75,78% do total declarado e que ocupam apenas 16,31% da área agropecuária declarada (numa média simples não chegaria a 17 hectares cada estabelecimento), enquanto os estabelecimentos com mais de 500 representam 1,55% do total declarado, são 8 propriedades que concentram 38,3% da área declarada no município, ou seja, 15, 4 mil hectares.

De acordo com os dados do IBGE, em Timbó Grande há o registro de um estabelecimento no extrato de área que equivale a mais de 2.500 hectares. Isso significa, que essa propriedade possui área de 8.016 hectares o que representa 19,83% da área declarada de estabelecimentos no município, ou seja, apenas um proprietário possui um estabelecimento com área maior que aquela de todos os 391 estabelecimentos com área até 50 hectares, que juntos somam 6.592 hectares.

Esse exemplo pode ser utilizado para entendermos o esvaziamento do campo devido a concentração de terras, ou seja, um espaço que contém apenas um estabelecimento poderia ser ocupado por mais de 391, que na prática equivale ao mesmo número de famílias e um contingente populacional significativo. Esse dado pode ser um dos responsáveis pelo baixo IDHM, uma vez que o não acesso à terra provoca rebatimentos nas condições de vida e trabalho das pessoas.

Analisando a estrutura fundiária dos municípios, percebemos que Calmon, Matos Costa, Timbó Grande e Lebon Régis apresentam má distribuição das terras, condição que se agrava com boa parte dessas terras ocupadas pelo monocultivo de pinus, atividade que gera poucos empregos e é caracterizada por baixos salários, com isso, percebemos que a população rural destes municípios tem diminuído nos últimos censos. Como nos mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – População rural entre 1970 e 2010¹⁴



Fonte: IBGE, 2010.

Nos quatro municípios a população rural registrou queda durante a série histórica, a única exceção acontece em Lebon Régis, entre os anos de 1980 a 1991, quando nota-se o aumento da população no campo, seguido de uma queda nos anos seguintes. Em nossa análise, essa redução da população rural está ligada a concentração de terras nesses municípios e ao monocultivo de pinus que inviabiliza a geração de renda e a vida no campo para a maior parte das pessoas, provocando expulsão de trabalhadores e pequenos proprietários, que cercados pelo pinus têm sua produção e seu modo de vida inviabilizados.

Na Tabela 2 apresentamos um comparativo, de cada município, com base na área agropecuária declarada em 2006 e a área destinada ao plantio de pinus em 2015.

Para Fraga (2013), a região está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se veem as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o pinus. A presença do pinus nestes municípios tem tornado algumas áreas rurais verdadeiros desertos verdes. Os dados da área ocupada com pinus em Calmon revelam na materialidade do espaço geográfico, em grande medida, a ausência de outras dinâmicas, outras vidas, outras lógicas que não aquela marcada pela artificialização da paisagem provocada pelo pinus. As imagens da sequência mostram algumas áreas do monocultivo de pinus no município.

Tabela 2 – Comparativo entre área agropecuária e de pinus

Município	Área declarada (ha)	Silvicultura – área plantada (ha)	Percentual ocupado pela silvicultura
Calmon	18.165	15.200	83,67
Lebon Régis	46.207	4.000	8,65
Matos Costa	17.841	10.000	56,05
Timbó Grande	40.426	23.215	57,42

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006 e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2015.

Imagem 1 – Áreas do Monocultivo de Pinus em Calmon



Fonte: autores, 2015

Na imagem, a foto 1 mostra uma área em que o pinus havia sido cortado a pouco tempo e estava sendo replantado. As fotos 2 e 3 são de uma grande área com o pinus ainda jovem. O que destacamos com esse conjunto de fotos é que a monocultura de pinus se estende por longos hectares, como mostra a foto 4, trata-se de uma área de mais de 200 hectares tomada pelo pinus, que na prática torna o campo, um espaço sem pessoas, sem casas e sem biodiversidade. Como essas

fotos, poderiam ser registradas várias outras no município de Calmon, áreas que não produzem alimentos e não geram emprego e renda para o município, são um verdadeiro deserto verde.

Enfim, gera-se uma paisagem artificial, onde é difícil ver pássaros e demais espécies de animais, o monocultivo de pinus expulsa pessoas e animais nas áreas onde está presente, ou seja, nega a vida. Nossa; Júnior (2012), ao relatarm o avanço do pinus no Contestado, afirmam que as plantações ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como ponto de referência dos rebeldes e seus descendentes. As margens das estradas que ligam os municípios (em vários casos, rodovias não asfaltadas), as plantações de pinus são homogêneas, com árvores plantadas em áreas divididas em blocos, crescendo na mesma altura nos terrenos baixos, nos morros, e nos pés de serras elevadas.

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de pinus predominam, bloqueando caminhos seculares ainda dos tempos dos viajantes e tropeiros que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muars, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba (NOSSA; JÚNIOR, 2012, on-line).

Ao passo que o Contestado se transforma num deserto verde, apresenta as feições de um território dominado pela monocultura, pela negação da diversidade, em temos das formas da natureza e de produção no campo. Uma das feições é a pobreza, que marca o Território Contestado através de diversos indicadores sociais e econômicos, que se desdobram na materialidade do espaço geográfico, e revelam a precariedade em que vive boa parte da população.

Nesse sentido, outro dado que podemos apontar, no intuito de fazer uma leitura de alguns municípios do Contestado, refere-se aos indicadores de educação (ver Tabela 3), que como percebemos, ainda não chegou à muitas das famílias caboclas (ou não) do Contestado.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo (%)

	1991	2000	2010
Calmon	-	17,6	13
Matos Costa	17,3	12	12,1
Lebon Régis	22,6	13,3	12,2
Timbó Grande	18,70	13,30	9,20

Fonte: IBGE, 2010.

Ainda hoje existe um alto índice de analfabetos no Contestado. No município de Calmon 13% da população não sabe ler e escrever, em 2010 eram 100 crianças e jovens, segundo dados do IBGE, que tinham em algum momento frequentado a escola e que quando da realização do censo não estavam mais estudando. Esse dado é a expressão da evasão escolar do município, contudo, cabem os questionamentos em torno de suas causas

As poucas escolas rurais que ainda existem nesses municípios, fazem com que principalmente as crianças e jovens que vivem no campo (sobretudo, nos assentamentos) necessitem fazer longas viagens pelas péssimas estradas da região para poderem ir à escola. Isso faz com que o IDMH referente a educação seja baixo em todos os municípios abordados. Deste modo, percebemos que a educação não chega ou chega de forma precária à muitas famílias no Contestado.

Com um alto índice de analfabetismo no Contestado a história oral se apresenta como uma importante ferramenta para a que as histórias da guerra e da resistência continuem presentes na vida das famílias caboclas, essas histórias são a herança genética de seus avós e pais, que lutaram a guerra ou a vivenciaram.

A memória da guerra foi e ainda é reprimida pela elite local que insiste em culpar as famílias caboclas pelos horrores que marcaram de sangue o Território Contestado.

Palco de sangue e da dor das vozes caladas, essa região inteira vem se erguendo das cinzas, como uma fênix, reconstituindo-se a partir da sua memória e do rompimento da falaciosa ideia de que todos no Contestado eram jagunços – devemos sempre lembrar que os jagunços foram contratados pelos coronéis para expulsarem e matarem os caboclos, esses caboclos que viviam em paz nessas terras, desde tempos imemoriais, que foram atacados e tiveram de se defender. O Caboclo é bravo! A Cabocla é brava! (FRAGA, 2015 p.14-15).

A acusação de serem todos, jagunços (bandidos que mereceram morrer) ainda é muito presente no ideário dos moradores da região, atualmente há um trabalho de resgate dessa história e da valorização do caboclo, não como o jagunço contratado pelo coronel para tomar as terras comuns dos camponeses caboclos, mas, para mostrar que os mesmos lutaram, mataram (e morreram) em busca de manter seu modo de vida, sua história e suas terras, que há muitas gerações os pertencia. O caboclo foi e ainda é corajoso, luta pela sua vida e pelo seu modo de vida em um Contestado que quer ser branco e europeu, mas que na verdade é índio, pardo, negro... é caboclo. Como nos mostra Fraga “ O caboclo é bravo! A cabocla é brava! ”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra findada a um século deixou suas marcas na atualidade do Território Contestado, seja pelo caboclo e seu modo de vida que ainda resiste na região, seja pela presença dos coronéis e da grande propriedade de terras. Isso nos mostra, como 100 anos depois, o território permanece com cicatrizes da violência vivenciada e sentida pelas famílias caboclas durante a guerra.

A exploração de madeira, que durante a guerra matou e expulsou muitos camponeses caboclos do campo, hoje continua a expulsar, não mais pela retirada e apropriação da madeira nativa, mas, pela monocultura de pinus que permanece expulsando camponeses do campo e gerando pobreza nos municípios do Contestado.

A falta de acesso à educação básica ainda é uma marca da região, o Estado que era ausente até a guerra permanece ausente até hoje. É o mesmo Estado que não valoriza a história local tentando fazer com que o Contestado fique no passado, esquecido e sepultado, porém, como destaca o professor Nilson César Fraga “o Contestado é um massacre insepulto”.

Caminhando por esse território podemos encontrar os cemitérios caboclos, os crematórios, os redutos, as trincheiras, as pessoas que vivem o Contestado, mas não encontramos mais as terras comuns, os vastos pinheiras com araucárias gigantes, hoje vemos o pinus e uma paisagem artificial e sem pessoas. Mas ainda encontramos a esperança da vida, pois o caboclo resiste nessas terras, nos morros, nas pequenas propriedades, nos assentamentos de reforma agrária, nas periferias dos municípios do contestado, de Curitiba e de Florianópolis. O Contestado vive em cada uma dessas pessoas, e quando ele vive ele resiste/persiste/luta para existir, na sua materialidade e imaterialidade, pois esse território é um território vivido, onde, como dizia o Monge “quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”.

REFERÊNCIAS

FRAGA, Nilson César. Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma análise acerca da formação territorial do Sul do Brasil. (**Tese de Doutorado**). Curitiba/ PR, UFPR, 2006.

FRAGA, Nilson César. **Serra da Boa Esperança, geografias de um território revisto e (re)sentido do Contestado**. Portal Gazeta de Notícias, Lebon Régis, SC, p. 1 - 15, 17 jun. 2015.

FRAGA, Nilson César. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis, MPSC, 2013. p. 369-392.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. **100 anos da guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012)**: uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX., 2012, Bogotá, Colômbia. Anais do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Ed. da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. On. **Meninos do Contestado**, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

QUEIRÓZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. 2ªed. São Paulo, Ática, 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Tabela 1 – Estrutura fundiária em Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande (2006)

	Calmon						Matos Costa				
	Classes de Áreas (em ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%		Classes de Áreas (em ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
	Mais de 0 e menos de 20	172	65,4	2.995	16,49		Mais de 0 e menos de 20	124	52,77	1738	9,75
	20 a menos de 50	32	12,17	984	5,41		20 a menos de 50	65	27,66	2.157	12,09
	50 a menos de 100	23	8,74	1.739	9,57		50 a menos de 100	18	7,66	1.201	6,73
	100 a menos de 200	13	4,95	1.816	10		100 a menos de 200	13	5,53	1.782	9,99
	200 a menos de 500	19	7,22	6.928	38,14		200 a menos de 500	6	2,55	1.948	10,92
	Mais de 500	4	1,52	3.700	20,39		Mais de 500	9	3,83	9.014	50,52
	Total	263	100	18.165	100		Total	235	100	17.841	100
	Lebon Régis						Timbó Grande				
	Classes de Áreas (em ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%		Classes de Áreas (em ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
	Mais de 0 e menos de 20	397	57,2	4.699	10,17		Mais de 0 e menos de 20	295	57,17	3572	8,84
	20 a menos de 50	110	15,85	3.512	7,6		20 a menos de 50	96	18,61	3.020	7,47
	50 a menos de 100	74	10,66	5.284	11,44		50 a menos de 100	50	9,69	3.797	9,39
	100 a menos de 200	67	9,65	9.210	19,93		100 a menos de 200	39	7,56	5.863	14,5
	200 a menos de 500	28	4,04	8.814	19,08		200 a menos de 500	28	5,42	8.693	21,5
	Mais de 500	18	2,6	14.685	31,79		Mais de 500	8	1,55	15.481	38,3
	Total	694	100	46207	100		Total	516	100	40.426	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 200

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL – Universidade Estadual de Londrina e Professor Contratado da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná *campus* União da Vitória. Email silasfonseca2@gmail.com

² Professora Assistente da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná *campus* União da Vitória e doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/FCT. Email daianegemelli@yahoo.com.br

³ Empresas do Norte-Americano Percival Farquhar, a primeira recebe a concessão para a construção da ferrovia entre o Rio Iguçu em União da Vitória-PR e o Rio Uruguai em Marcelino Ramos- RS e a segunda foi responsável pela exploração madeireira e venda das terras a colonos europeus.

⁴ Sobre isso ver; Fraga (2006) e Queiróz (1977).

⁵ Dos municípios que abordaremos nesse texto, de acordo com dados do INCRA, Calmon possui dois assentamentos, PA Putinga (com 146 famílias residentes) e PA Jangada (76 famílias residentes). Lebon Régis possui sete assentamentos, PA Rio dos Patos (com 52 famílias residentes), PA Córrego Segredo I e II (com 41 famílias residentes), PA Rio Timbó (com 43 famílias residentes), PA Rio Água Azul (com 26 famílias residentes), PA Conquista dos Palmares (com 32 famílias residentes) e PA Eldorado dos Carajás (com 19 famílias residentes). Matos Costa possui seis assentamentos, sendo; PA Nova Esperança (24 famílias residentes), PA 13 de outubro (35 famílias residentes), PA São Roque (com 42 famílias residentes), PA São João (com 35 famílias residentes), PA Santa Rita III (com 15 famílias residentes) e PA São João II (com 20 famílias residentes). Timbó Grande possui três assentamentos, PA Cristo Rei (com 32 famílias residentes), PA Nova Cultura (32 famílias residentes) e PA Perdiz Grande (com 36 famílias residentes).

⁶ Empresa que pertencia a *Brazil Railway Company*

⁷ Segundo Queiroz (1977), a *Lumber* montou uma grande serraria em Três Barras, próximo ao município de Canoinhas e uma menor em Calmon, ao lado dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, tornando-se a maior companhia madeireira da América do Sul. É preciso sinalizar, que na atualidade, os municípios de Três Barras e Calmon contam com empreendimentos da Rigesa, empresa do ramo madeireiro e de papel e celulose que a partir de janeiro de 2015 passa a se chamar *WestRock Company*, com a fusão com a *RockTeen Company*.

⁸ Sobre isso ver; Fraga (2006) e Queiróz (1977).

⁹ Sobre isso ver; Fraga (2006).

¹⁰ Pelo Decreto-lei Estadual n. ° 238, de 1-12-1938, o antigo distrito de São João dos Pobres passou a denominar-se Matos Costa.

¹¹ Trecho do bilhete encontrado em Calmon em 05/09/1914 e que atualmente está escrito num portal construído ao lado dos trilhos da ferrovia e da rodovia que corta a cidade.

¹² A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

¹³ Esta classificação para a grande propriedade se justifica pelo fato de que a média simples de área dos estabelecimentos nesse extrato é de 364,63 hectares, o que já as colocariam no porte de grandes propriedades.

¹⁴ O município de Calmon, não apresenta os dados dos anos 1970, 1980 e 1991, pois foi criado em 09 de janeiro de 1992 e o município de Timbó Grande, criado em 26 de abril de 1989, não apresenta os dados de 1970 a 1980.